



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | II Simpósio Educação, Formação e Trabalho

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Raphaela Mendes Teixeira¹

Pablo Menezes e Oliveira²

Resumo:

O presente estudo objetiva investigar os artigos produzidos no país sobre a política de assistência estudantil no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da plataforma de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O recorte temporal utilizado foram os trabalhos produzidos entre os anos de 2010, ano em que foi institucionalizado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através do Decreto Presidencial nº 7.234, e o ano de 2018. A presente pesquisa tem como questão norteadora: quais aspectos da assistência estudantil têm sido priorizados nas pesquisas acadêmicas dentro do contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia? O resultado evidencia que a produção acadêmica sobre política de assistência estudantil ainda é relativamente pequena, principalmente quando o campo do estudo é o Instituto Federal. Os principais aspectos abordados nos artigos selecionados são relativos ao impacto da política de assistência estudantil na permanência, sendo os demais temas apresentados de forma singular. Verifica-se que ainda há lacunas de pesquisas sobre essa temática principalmente nas áreas que vão além do cunho assistencialista como atenção pedagógica, cultura, esporte e inclusão, todas áreas estabelecidas pelo PNAES. Assim, ratifica-se a importância de se ter mais estudos envolvendo a política de assistência estudantil no âmbito dos Institutos Federais já que eles têm suas especificidades.

Palavras-chave: Estado do Conhecimento; Assistência Estudantil; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

1. Introdução

¹ Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica do IFMG. Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Sete Lagoas (UNIFEMM). E-mail: raphaelamendes@ufsj.edu.br

² Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do IFMG. E-mail: pablo.menezes@ifmg.edu.br

Neste artigo são apresentados resultados da pesquisa de cunho bibliográfico realizada por meio do Estado do Conhecimento, cujo objetivo foi mapear e analisar as produções científica sobre a política de assistência estudantil realizadas no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) na plataforma de periódico da Capes. Essa pesquisa vincula-se ao projeto de pesquisa “Política de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: estudo de caso no IFMG campus Ouro Branco”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT).

A assistência estudantil encontra sua base legal no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 o qual é estabelecido que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios, entre eles o da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Esse princípio é reafirmado pelo artigo 3º da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é citado no artigo 3º, como dimensões institucionais de avaliação, “a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social (...)”. O Decreto nº 6.096 de 2007 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) visa “criar condições para ampliação de acesso e permanência na Educação Superior”, destacando entre suas diretrizes, listadas no artigo 2º, a “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil”.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC) através da Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007, objetivando viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras do discente. No ano de 2010 o PNAES passou a ser regido por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 o que proporcionou mais estabilidade ao programa por ter um ordenamento jurídico de mais força. O público-alvo do programa passou a abranger além dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) considerando-se suas especificidades e as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e as necessidades do seu corpo discente.

Em relação as áreas de atuação da assistência estudantil foram estipuladas a moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, sendo apenas esta última acrescida já que as outras áreas já constavam no regulamento anterior. Outro ponto incluído foi o direcionamento ao sujeitos prioritário para participarem do programa: “prioridade para estudantes com origem em escolas públicas ou com renda per capita familiar mensal de até 1,5 salário mínimo.”

Para compreender a efetivação do PNAES e a institucionalização de suas ações no âmbito dos IF, fez-se necessário uma proximidade com a produção teórica que trata dessa temática. Foi estabelecido a seguinte questão norteadora para análise: quais aspectos da assistência estudantil têm sido priorizados nas pesquisas acadêmicas dentro do contexto dos IF? Desse modo, na primeira parte deste artigo será apresentado a fundamentação teórica, abordando aspectos históricos e atuais configurações acerca da política de assistência estudantil. Em seguida será apresentado o resultado do mapeamento dos artigos encontrados na plataforma Capes com temas que estejam correlacionados ao interesse da pesquisa a fim de ser fornecer uma visão geral das produções acadêmicas nessa temática. Por fim, será apresentado as considerações finais a partir do levantamento de dados observados durante a investigação.

2. Aspectos históricos e atuais configurações da política de assistência estudantil

Em um país como o Brasil, onde a desigualdade social é alarmante, promover políticas de democratização do acesso à educação é indispensável, mas não suficiente já que é preciso garantir a permanência do aluno de baixa renda no espaço escolar. O Brasil desenvolve ações de apoio ao estudante desde o final da década de 20. Conforme apontado por Estrada e Radaelli (2014) a primeira ação do Estado de apoio aos estudantes universitários do Brasil é oriunda do Decreto nº 5.612, de 26 de dezembro de 1928. Esse decreto autorizou o governo a criar, em Paris, a Casa do Estudante Brasileiro visando facilitar a vida material dos estudantes brasileiros na capital francesa. Ou seja, a primeira iniciativa foi realizada em um país estrangeiro já que o Brasil era incipiente em educação superior.

Com o advento do Governo Vargas houve uma expansão dos setores sociais e a reorganização

do cenário educacional do país. Em 1931 foi institucionalizada a Reforma Francisco Campos, que instituiu entre outras regulamentações relacionadas ao ensino secundário e superior, a Lei Orgânica do Ensino Superior, através do Decreto nº 19.851/1931. Nessa normativa, são estabelecidas medidas de providência e beneficência ao corpo discente das universidades. Essa ação está prevista no artigo 100, parágrafo § 4º:

§ 4º As medidas de providencia e beneficencia serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitarios, e nellas serão incluidas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recommendem, pela sua applicação e intelligencia, ao auxilio instituido. (BRASIL, 1931)

Na Constituição Federal (CF) de 1934 a assistência estudantil foi tratada no artigo 157, o qual estabelece que os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. Especificamente no §2º refere-se ao apoio estudantil “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (BRASIL, 1934).

Em relação a CF de 1946, a educação é estabelecida no artigo 166 como direito de todos, inspirando-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Já no artigo 172 é tratado que “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946).

Na Constituição Federal de 1967 há um avanço, a educação é tratada explicitamente na perspectiva de direito para todos. Pela primeira vez a assistência estudantil é correlacionada à igualdade de oportunidades. Art. 168 - “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana” (BRASIL, 1967). Nesse artigo, no § 3º, é estabelecido “o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recurso. ” Apesar das dificuldades de se concretizar essa política na prática, devido ao período autoritário e conservador da ditadura, foi um marco tê-la incluída na CF na perspectiva de direito como viabilizadora de igualdade de oportunidade.

Por fim, conforme mencionado na seção introdutória deste artigo, a CF 88 trouxe vários avanços

sociais para a população brasileira e concerne-se como um marco legal maior da assistência estudantil. Nela, a educação é reconhecida como um dos direitos sociais, conforme descrito no artigo 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. É reiterado em seu artigo 206. “A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” como um dos princípios da educação. Dessa forma, reconhece-se o avanço da assistência estudantil perpassando nas constituições federais desde a ascensão de Vargas ao poder aos dias atuais como política pública com regulamento específico.

Embora o percurso histórico da assistência estudantil tenha sua origem em meados da década de 1930, seu desenvolvimento e ampliação como uma política no país, só foi efetivada nos anos 1970, com a criação do Departamento de Assistência Estudantil (DAE), extinto no fim dos anos 1980, em virtude do ideário neoliberal que se estendeu no país (ARAÚJO; BEZERRA, 2007). Com isso, a assistência estudantil passou a ser realizada por meio de ações restritas e focalizadas.

Vasconcelos (2010) destaca que a trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil está conectada com a trajetória da política de assistência social, pois ambas despontam a partir dos movimentos sociais que lutam pelo fim do regime militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal. É nesse período de tensão e luta por direitos sociais que surgem, em 1987, duas organizações políticas de debate e discussão dos assuntos relacionados à educação: o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), este especificamente sobre a assistência estudantil, e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

O FONAPRACE visa formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional. Após um intenso movimento do Fórum, obteve-se a conquista de instituir no âmbito da Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. De

acordo com dados da Revista FONAPRACE (2012), na 47ª Reunião, realizada em maio de 2010, foram realizados debates, discussões e criação de Grupos e Trabalhos pelos integrantes do Fórum relacionados à assistência estudantil e suas diversas áreas de atuação. Esse movimento resultou em um momento histórico para o FONAPRACE e para as Instituições Federais de Ensino Superior: O programa passou a ser regulamentado por decreto e não mais por portaria. Foi sancionado o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o que proporcionou mais estabilidade ao programa por ter um ordenamento jurídico de mais força. Assim, o Programa Nacional de Assistência Estudantil ganhou um marco legal específico. O FONAPRACE descreve a política de assistência estudantil como estratégia de permanência e conclusão do curso de graduação pelo discente:

A política de Assistência Estudantil “é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida”, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE, 2012 p. 63)

Vale ressaltar que o debate em torno da democratização do ensino envolve múltiplas organizações e movimentos comprometidos com o processo de inclusão social pela educação. Assim, vale citar, além do FONAPRACE e ANDIFES, outros atores que atuaram firmemente na luta pela efetivação da assistência estudantil como política pública. Entre outros é possível registrar as mobilizações feitas pela União Nacional dos Estudantes – UNE, entidade fortemente engajada na luta pela efetivação da assistência como direito e a Secretaria Nacional de Casa de Estudantes – SENCE. Conforme ressalta Araújo e Bezerra (2007, p. 05) “Entidades que apresentam propostas de defesa da Assistência Estudantil como uma política pública fundamental, não só de permanência, mas também de formação completa dos estudantes. ”

Observa-se que a política de assistência estudantil foi estabelecida com foco nas instituições federais de ensino superior, entretanto, o PNAES, destaca em seu artigo 4º: “As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades

identificadas por seu corpo discente” (BRASIL, 2010). Dessa forma, os IF passam a ser incluídos pela política já que na regulamentação anterior (Portaria normativa nº 39 de 2007) a normativa se estendia apenas às IFES.

Não se pode negar a importância da assistência estudantil tanto no âmbito das IFES como dos IF respeitando a autonomia e especificidade de cada um. “Apesar de os institutos terem sido colocados praticamente à margem da política do PNAES, a relevância social da assistência estudantil e o aporte de recursos para a sua condução induzem a sua capilaridade em todas as intuições federais de ensino” (TAUFICK, 2014 p. 185). Nesse sentido, a assistência estudantil assume o papel de viabilizar a igualdade de oportunidades no acesso à educação seja no contexto da educação profissional e tecnológica ou na educação superior.

A política de assistência estudantil abrange um espaço amplo, tanto de ações de permanência, acadêmica, cultural, de esporte e lazer, como de construção de conhecimento, sendo assim mais um espaço educativo. Souza (2017) destaca a descrição das áreas a serem desenvolvidas pelo PNAES, previstas na classificação particularizada das ações em programas de:

caráter assistencial - vínculo com moradia estudantil, transporte, creche e auxílio financeiro; caráter universal - vínculo com a saúde, cultura, arte, esporte, inclusão digital e acompanhamento biopsicossocial; cunho educacional - caráter técnico-científico, apoio pedagógico e fatores relacionados à aprendizagem.” (SOUZA, 2017, p. 19)

Portanto, seu intuito é atender as necessidades dos discentes de forma integral não os considerando de forma fragmentada já que somos sujeitos multifacetados, com amplas necessidades. A proposta é compreender ações que perpassam por várias áreas dos direitos sociais (indo além do cunho assistencialista) a fim de desenvolver sujeitos autônomos, com consciência crítica e cidadã.

3. Política de assistência estudantil no contexto dos Institutos Federais De Educação, Ciência e Tecnologia: Estado do Conhecimento

Com a democratização do acesso ao ensino na rede federal de educação, a política de assistência estudantil assume cada vez mais centralidade. Trata-se de viabilizar tanto o ingresso quanto a

permanência e conclusão do curso pelo discente. Apesar da ampliação da política de assistência estudantil nos últimos anos muitos ainda a examinam, em virtude de seu caráter assistencial, restrita a concessão de bolsas para alunos de baixa renda. Essa é uma concepção que se pretende questionar já que a política de assistência estudantil tem um papel muito mais amplo na vida acadêmica do aluno.

Dada a importância e relevância do tema nos debates educacionais buscou-se realizar um estado do conhecimento sobre a política de assistência estudantil no contexto dos IF. Concebeu-se como objetivo geral desta pesquisa investigar os principais aspectos abordados nas produções teóricas sobre a assistência estudantil no contexto dos IF, registrados no portal de periódicos da Capes.

Tendo como referência Romanowski e Ens (2006) a presente pesquisa configura-se como “Estado do Conhecimento” já que a investigação se deu em uma única plataforma de banco de dados. Optou-se pela busca no site de Periódicos da CAPES, base de dados de referência no ambiente acadêmico. Para a referida pesquisa, foram utilizados os seguintes termos de busca: “assistência estudantil”, “educação”, “educação profissional” e “instituto federal”. Entre estes textos, cruzou-se os seguintes termos: “assistência estudantil” *and* “educação”, “assistência estudantil” *and* “educação profissional”; e “assistência estudantil” *and* “instituto federal”. Como critério de inclusão foi selecionado o tipo de material artigo e o período estipulado foram trabalhos produzidos entre os anos de 2010, ano em que foi institucionalizado o PNAES através do decreto presidencial, ao ano de 2018, sendo o último acesso em 19 de abril de 2019.

Pesquisou-se para fins de conhecimento o termo “assistência estudantil” *and* “universidade federal” para avaliar o número de artigos localizados a fim de se fazer um comparativo com o número de artigos encontrado pelo descritor delimitado em “instituto federal.” Ressalta-se que os artigos voltados para as universidades federais não fazem parte do objeto desta pesquisa já que o foco é correlacionar assistência estudantil no espaço dos IF. Como resultado da busca “assistência estudantil” *and* “universidade federal” obteve-se 152 artigos, ou seja, 58 arquivos a mais se comparado ao termo “assistência estudantil” *and* “instituto federal.” Percebe-se assim que os IF ainda estão aquém das universidades federais em relação a produção de pesquisas na área, isto é, mais um elemento de importância para continuar a investigar sobre essa temática.

QUADRO 1 – Termos de busca no Portal Periódico da Capes

Termo de busca (1)	Termo de busca (2)	Número de artigos localizados
Assistência Estudantil	Educação	168
Assistência Estudantil	Universidade Federal	152
Assistência Estudantil	Educação Profissional	114
Assistência Estudantil	Instituto Federal	94

Fonte: Autoria própria

A seleção dos artigos se deu mediante a leitura dos títulos e resumos e posteriormente foram feitas leituras dos artigos selecionados na íntegra para avaliar se o tema estava de fato relacionado com a proposta da pesquisa. Tanto na opção de busca “assistência estudantil” *and* “educação profissional” como “assistência estudantil” *and* “instituto federal” foram selecionados apenas 6 artigos de interesse para a pesquisa, sendo que dos 6, 5 eram artigos em comum entre ambos. Já na busca “assistência estudantil” *and* “educação” foram localizados, além dos seis arquivos citados, mais 3 de interesse para a pesquisa, totalizando 9 artigos. Dessa forma, optou-se por considerar os termos “assistência estudantil” *and* “educação” por ter fornecido um número maior de produções teóricas para análise.

QUADRO 2 – Síntese dos artigos analisados no periódico CAPES

Título	Autores	Palavras-chave	Local/Ano
A voz da evasão	Sheyla Fredenhagen; Nilton Cometti; Cristiane Jorge de Lima Bonfim; Fernando Dantas de Araújo	evasão; causas; medidas pró- permanência; assistência estudantil.	Revista Eixo (Brasília) v. 1, n. 2. 2012

Contextualização do Instituto Federal do Tocantins na esfera das políticas de educação profissional e tecnológica	Ana Cláudia Ferreira Rosa; Janaína Miranda Muradás Amorim Livia Fernanda Leal Macedo	institutos federais; educação profissional e tecnológica; assistência estudantil.	<i>Regae - Revista de Gestão e Avaliação Educacional</i> (Santa Maria) v. 4 n. 2015
Assistência Estudantil no Instituto Federal Fluminense: possibilidades e limites para a permanência escolar e conclusão de curso	Jonis Manhães Sales Felipe	Assistência estudantil. Permanência escolar. Serviço Social na Educação.	<i>Revista Textos & Contextos</i> (Porto Alegre), v. 14, n. 1. 2015
A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil	Gleice Emerick de Oliveira; Maria Rita Neto Sales Oliveira	Permanência escolar, Política de assistência estudantil, Educação profissional técnica de nível médio, Programa de bolsas.	<i>Revista Eletrônica de Educação</i> , (São Carlos) v. 9, n. 3. 2015
Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais	Taís Bleicher Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira	Políticas Públicas; saúde; Ensino Superior.	<i>Revista Psicologia Escolar e Educacional</i> , (SP). Volume 20, Número 3. 2016
Um estudo sobre as contribuições dos Programas de Assistência Estudantil para a formação acadêmica de futuros professores de Matemática	Josiane Aparecida Miranda Rafael Paula Reis de Miranda Marcos Pavani de Carvalho	Permanência. Formação Docente. Licenciatura em Matemática. Programas de Assistência Estudantil.	<i>Revista REMAT</i> , (Caxias do Sul), RS, v. 2, n. 2. 2016
Perspectivas dos docentes sobre assistência estudantil no IFCE – CAMPUS Fortaleza/CE	Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo Francisca Rejane Bezerra Andrade	Assistência Estudantil. Docentes. Educação Superior.	<i>Revista Humanidades</i> , (Fortaleza) v. 32, n. 1. 2017

Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil	Talita Prada Maria Lúcia Teixeira Garcia	Perfil. Assistente social. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	Revista Serv. Soc. Soc., (São Paulo) n. 129. 2017
Programa de Promoção à Permanência: Perfil Dos Discentes Do Instituto Federal De Ciência E Tecnologia De Brasília	Elisangela Marcia Cruz dos Reis Andrea de Oliveira Gonçalves	Programa; Educação profissional; Política pública; Assistência estudantil	Revista HOLOS, Ano 34, Vol. 03. 2018

Fonte: Autoria própria

A partir da análise dos textos, pode-se afirmar que a maioria dos trabalhos foram realizadas por doutores, mestres ou mestrados, sendo que em alguns casos tiveram autores que não foram encontradas as suas formações acadêmicas. Outro fator que vale mencionar é o vínculo dos autores com os IF: dos 9 artigos analisados, pôde-se constatar que 7 possuíam pelo menos um servidor do IF. Dessa forma, observou-se que grande parte da produção acadêmica acerca da assistência estudantil nos institutos federais vem sendo realizada por servidores ou alunos de mestrados promovidos pelos IF.

Quanto às instituições envolvidas nos textos em estudo, foram detectados cinco Institutos Federais e um Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET MG) na condição de objetos de pesquisa. Considerou-se importante mencionar este por fazer parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Os lócus de investigação das pesquisas foram: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), objeto de dois artigos, e os demais, feitos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Instituto Federal Fluminense (IFF), Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) e Instituto Federal do Tocantins (IFTO). Dois trabalhos investigaram os institutos federais de forma geral sendo as seguintes pesquisas: *“Políticas de assistência*

estudantil em saúde nos institutos e universidades federais” o qual aborda uma análise crítica da atenção à saúde mental do discente abrangendo tanto os institutos como as universidades, de forma ampla e o trabalho “*Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil*” como o próprio título esclarece, as autoras fazem uma análise do perfil de assistentes sociais atuantes nos IF considerando todo o país. Os artigos localizados datam de 2012 a 2018 sendo que em 2015 foi o ano com maior número de artigos publicados. Nesse período a demanda e recurso da assistência estudantil estava em expansão conforme aponta o relatório da CGU “ observa-se evolução crescente no orçamento da ação, alcançando valores próximos a 1 bilhão de reais em 2015 (período de análise) e um crescimento nominal de mais de 400% no período de 2008 a 2015” (BRASIL, 2016, p. 07). Houve ainda um aumento de alunos em vulnerabilidade socioeconômica na rede federal de educação, principalmente em razão da lei nº 12.711/2012, lei das cotas. Em relação ao lócus de investigação dos artigos houve IF das seguintes regiões do país: Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Norte, além de um CEFET de Minas Gerais. Assim, nota-se uma boa representividade regional ficando apenas a região Sul sem objeto de investigação no período. Em relação aos aspectos abordados nas produções acadêmicas tem-se a predominância do fator “Permanência.”

QUADRO 3 – Principais aspectos abordados nas pesquisas

Principais aspectos abordados nos artigos	Quantidade	Percentual
Permanência	04	45%
Serviços e ações de Assistência Estudantil	01	11%
Perfil de discentes assistidos	01	11%
Perfil do assistente social nos IF	01	11%
Atenção à saúde do discente	01	11%

Percepção do docente sobre a assistência estudantil	01	11%
---	----	-----

Fonte: Autoria própria

Observa-se que os principais aspectos abordados são relativos ao impacto da política de assistência estudantil na permanência e êxito do discente, sendo os demais temas apresentados de forma singular. Verifica-se que ainda há lacunas de pesquisas sobre essa temática principalmente nas áreas que vão além do cunho assistencial como atenção à saúde, cultura, esporte e inclusão, todas áreas preconizadas pelo PNAES. Como se vê, os temas das produções acadêmicas são relevantes e podem contribuir com o aprimoramento da política de assistência estudantil nos IF, no entanto, ainda são poucas as pesquisas nesse âmbito. O Decreto nº 7.234 foi aprovado há 09 anos e, embora, tenha-se dados passos significativos na ampliação e consolidação da assistência estudantil, ainda é preciso ampliar o alcance dessa política no espaço educacional. Para tanto, é de fundamental importância envolver toda a comunidade acadêmica nesse processo a fim de difundir a assistência estudantil como um propulsor efetivo de inclusão social pela educação.

4. Considerações Finais

A investigação indica que a produção acadêmica sobre política de assistência estudantil ainda é relativamente pequena, principalmente quando o campo do estudo é o instituto federal. Desse modo, evidencia-se que as pesquisas sobre o tema foram desenvolvidas, predominantemente, na Educação Superior, conforme demonstrado no Quadro 1. Apesar disso, verificou-se uma boa representatividade dos estudos considerando as regiões do país.

Os estudos selecionados avaliam, de forma geral, a questão da permanência do aluno, já que esta é tida como principal finalidade do programa de assistência estudantil. Além disso foram elencados os aspectos que se sobressaíram em cada artigo, sendo: perfil dos discentes assistidos

(GONÇALVES; REIS, 2018); perfil dos assistentes sociais dos IF (GARCIA; PRADA, 2017); percepção dos docentes sobre a assistência estudantil (ARAUJO; ANDRADE, 2017), atenção à saúde do discente (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016), descrição sobre a forma que a política de assistência estudantil é executada no IF (ROSA, AMORIM e MACEDO, 2015). Alguns artigos deram maior ênfase a questão da permanência em si, cada um com sua particularidade de estudo (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2015), (RAFAEL, CARVALHO, MIRANDA, 2016), (FELIPPE, 2015) e (BONFIM et al, 2012) sendo que estes últimos autores estudaram o processo de evasão para subsidiarem medidas pró-permanência.

Por fim, pode-se dizer que as produções acadêmicas são um processo importante para compreender o real significado da assistência estudantil já que muitos a resumem ao processo de “bolsificação.” Para tanto, é imprescindível incentivar a colaboração da comunidade acadêmica no processo de difundir a assistência estudantil e direcioná-la aos alunos que dela necessitarem. Portanto, fomentar os debates e estudos que a envolvem essa temática torna-se elementar.

Referências:

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. *Perspectivas dos docentes sobre assistência estudantil no IFCE - CAMPUS Fortaleza/CE*. Rev. Humanidades, Fortaleza. v. 32, n. 1, p. 20-27, jan./jun. 2017. Disponível em < <https://periodicos.unifor.br/rh/article/view/6801/5353>> Acesso em: 21 de mar. 2019

ARAÚJO, Fabrícia Silva de; BEZERRA, Juliane Cristina Bisco. *Tendências da política de assistência ao estudante no contexto da reforma universitária brasileira*. In: Anais III Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís: UFMA, 2007. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/cff899684c7ef149b573Fabr%C3%ADcia%20Silva%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>> Acesso em: 17 de jan. 2019

BLEICHER, Taís; OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno de. *Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais*. *Psicol. Esc. Educ.* [online]. 2016, vol.20, n.3, pp.543-549. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n3/2175-3539-pee-20-03-00543.pdf>> Acesso em: 21 de mar. 2019

BONFIM et al. *A voz da evasão*. Revista Eixo (Brasília) v. 1, n. 2. 2012. Disponível em <file:///C:/Users/adm/Downloads/51-Texto%20do%20artigo-357-1-10-20130506.pdf> Acesso em: 21 de mar. 2019

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em 28 de out 2018

_____. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em 28 de out. 2018

_____. *Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007*. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf> Acesso em 28 de out 2018

_____. *Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm> Acesso em: 28 de out 2018

_____. *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm> Acesso em 28 de out 2018

_____. *Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil*. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (2016) Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/10212.pdf>> Acesso em 19 de abri. 2019

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 de jan. 2019

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 28 de out 2018

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm> Acesso em: 14 de jan. 2019

_____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/_constituicao46.htm> Acesso em: 14 de jan. 2019

_____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em: 14 de jan. 2019

_____. *Decreto nº 19.851, de 11 de Abril de 1931*. Estatuto das Universidades Brasileiras. Lei Francisco Campos. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837->

publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 de jan. 2019

ESTRADA, Adrian Alvarez. RADAELLI, Andressa Benvenuti. *Permanência na educação superior: aspectos da assistência estudantil*. Atlante. Cuadernos de Educación y Desarrollo, fevereiro de 2014. Disponível em <<http://atlante.eumed.net/permanencia-educacao-superior/>>. Disponível em <<http://atlante.eumed.net/permanencia-educacao-superior/>> Acesso em 14 de mar. 2019

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. *Assistência Estudantil no Instituto Federal Fluminense: possibilidades e limites para a permanência escolar e conclusão de curso*. Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 1. 2015. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/20388/13315>> Acesso em: 21 de mar. 2019

FONAPRACE : *Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares /* Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012. Disponível em <http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf> Acesso em: 28 de out 2018

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; PRADA, Talita. *Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil*. Revista Serv. Soc. Soc., (São Paulo) n. 129. 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0304.pdf>> Acesso em: 21 de mar. 2019

GONÇALVES, Andrea de Oliveira; REIS, Elisângela Marcia Cruz dos. *Programa de Promoção à Permanência: Perfil Dos Discentes Do Instituto Federal De Ciência E Tecnologia De Brasília*. Revista HOLOS, Ano 34, Vol. 03. 2018. Disponível em <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4044/pdf>> Acesso em: 21 de mar. 2019

OLIVEIRA, Gleice Emerick de; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. *A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil*. Revista Eletrônica de Educação,(São Carlos) v. 9, n. 3. 2015. Disponível em <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1299/444>> Acesso em: 21 de mar. 2019

RAFAEL, Josiane Aparecida Miranda; CARVALHO, Marcos Pavani de; MIRANDA, Paula Reis. *Um estudo sobre as contribuições dos Programas de Assistência Estudantil para a formação acadêmica de futuros professores de Matemática*. Revista REMAT, (Caxias do Sul), RS, v. 2, n. 2. 2016. Disponível em <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/acta/article/view/1565/1610>> Acesso em: 21 de mar. 2019

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS. Romilda Teodora. *As pesquisas denominadas do tipo “Estado da*

Arte”. *Diálogos Educacionais*, v. 6, n. 6, p. 37-50, 2006. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>> Acesso em: 17 de abr. 2019

ROSA, Ana Claudia Ferreira; AMORIM, Janaína Miranda Muradás; MACEDO, Livia Fernanda Leal. *Contextualização do Instituto Federal do Tocantins na esfera das políticas de educação profissional e tecnológica*. *Regae - Revista de Gestão e Avaliação Educacional* (Santa Maria) v. 4 n. 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/15086/pdf>> Acesso em: 21 de mar. 2019

SOUZA, Jacqueline Domienne Almeida de. *Na travessia: assistência estudantil na educação profissional*. As interfaces das políticas de assistência social e educação / Jacqueline Domienne Almeida de Souza; orientador Potyara Amazoneida Pereira Pereira. -- Brasília, 2017. 190 p. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23610/1/2017_JacquelineDomienneAlmeidadeSouza.pdf> Acesso em: 20 de set. 2018

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira. *Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. *RBP AE* - v. 30, n. 1, p. 181-201, jan/abr. 2014. Disponível em <[file:///C:/Users/adm/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/50020-203359-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/adm/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/50020-203359-1-SM%20(1).pdf)> Acesso em: 20 de set. 2018

VASCONCELOS, Natália. *Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil*. *Revista da Católica, Uberlândia*, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>> Acesso em: 17 de jan. 2019.